

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026
NÍVEL SUPERIOR

01107 – ANALISTA LEGISLATIVO - CIÊNCIAS SOCIAIS – TIPO B

Frase: Busca por transparência fortalece instituições.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkar é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparagráfica por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparágrafa de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.
- (B) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparágrafa, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparagráfica relevante.
- (C) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparagráfico, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (D) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (E) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparagráfico, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”
- (B) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (C) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (D) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (E) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Há de poderem haver sempre gírias.
- (B) Hão de existir sempre gíria.
- (C) Há de haver sempre gírias.
- (D) Há de existirem sempre gírias.
- (E) Hão de haverem sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.
- (B) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (C) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (E) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.
- (B) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (C) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglificação, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (D) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (E) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O fenômeno da alomorfia em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.
- (B) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (C) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (D) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfia, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (E) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.
- (B) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (C) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (D) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (E) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.
- (B) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (C) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (D) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (E) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] o educador brasileiro Paulo Freire também oferece contribuições valiosas para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] Resolveram os alunos as questões?

- (A) C = N Z E O.
- (B) C = Z N O E.
- (C) C = N Z O E.
- (D) C = N O Z E.
- (E) C = Z O N E.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] gírias fortalecem vínculos afetivos.”

- (A) ◆ ← ● ← ★ ← ◎
- (B) ◎ ← ★ → ● ← ◆
- (C) ★ ← ◎ → ● ← ◆
- (D) ◎ → ★ ← ● ← ◆
- (E) ◎ → ★ → ● ← ◆

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.
- (B) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (C) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (D) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (E) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.
- (B) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (C) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (D) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (E) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.
- (B) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (C) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (D) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (E) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.
- (B) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (C) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (D) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (E) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.
- (B) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (C) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (D) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (E) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoeira, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Livre acesso.
- (B) Transparência.
- (C) Responsabilização.
- (D) Integridade.
- (E) Qualidade dos dados.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.
- (B) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (C) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (E) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.
- (B) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (C) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (D) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (E) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.
- (B) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (C) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (D) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (E) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Um analista do quadro legislativo recebe a tarefa de subsidiar o debate sobre o aumento de pedidos de afastamento por adoecimento mental entre servidores. Ele pondera que, embora cada caso possa ser vivido como um drama estritamente pessoal, o volume e a recorrência dos afastamentos remetem a transformações mais amplas na organização do trabalho público. Ao recusar tanto a explicação puramente individual quanto a dissolução do indivíduo na estrutura e ao insistir em conectar a biografia dos servidores à história e à estrutura da instituição, o analista mobiliza uma operação intelectual que Charles Wright Mills (2009) sintetizou ao distinguir as perturbações pessoais de ambiente, situadas no plano da biografia e das relações imediatas, das questões públicas da estrutura social, relativas à organização das instituições. Considerando essa perspectiva, a contribuição específica que o olhar sociológico oferece a esse diagnóstico consiste em:

- (A) Restringir a análise à contagem dos afastamentos, sem relacioná-los a determinantes sociais.
- (B) Converter perturbações vividas individualmente em questões públicas, situando-as nas transformações da estrutura social e institucional.
- (C) Atribuir os afastamentos exclusivamente a fragilidades psicológicas de cada servidor, isolando-os de seu contexto institucional.
- (D) Tratar a estrutura institucional como única causa, suprimindo qualquer margem de agência e experiência dos servidores.
- (E) Substituir a investigação empírica por juízos morais sobre a conduta dos afastados.

22. Ao analisar a resistência de um setor a uma nova rotina de prestação de contas, um analista observa que as regras de conduta vigentes não dependem da adesão subjetiva de cada servidor: elas preexistem ao seu ingresso, são compartilhadas pelo conjunto do órgão e se impõem com força tal que o seu descumprimento aciona sanções. Ele reconhece nesse fenômeno aquilo que Émile Durkheim, em *As regras do método sociológico*, caracterizou como toda maneira de agir — fixa ou não — capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, geral no âmbito de uma dada sociedade e dotada de existência própria, independente de suas manifestações individuais. A consequência metodológica que Durkheim extrai dessa definição, e que orienta o trabalho do analista, é a de que os fatos sociais devem ser:

- (A) Interpretados exclusivamente como produtos das condições biológicas e raciais dos grupos.
- (B) Explicados pela introspecção do pesquisador acerca das intenções de cada indivíduo envolvido.
- (C) Reduzidos a fenômenos psicológicos individuais, dos quais a vida coletiva seria mero somatório.
- (D) Tratados como coisas, isto é, observados a partir de suas propriedades exteriores e constantes, e não a partir das noções prévias do pesquisador.
- (E) Avaliados moralmente segundo a sua conformidade aos valores pessoais do observador.

23. Em um estudo comparativo, um analista contrasta dois modos de integração social. No primeiro, a coesão decorre da semelhança entre os membros e de uma consciência coletiva forte, a qual corresponde ao predomínio de um direito que pune as transgressões para reafirmar os valores comuns. No segundo, a coesão resulta da interdependência entre funções especializadas pela divisão do trabalho, a qual corresponde ao predomínio de um direito que busca restabelecer relações e reparar danos. Essa correspondência predominante entre tipo de solidariedade e tipo de direito é central na obra de Durkheim. A associação correta é:

- (A) Solidariedade mecânica — direito repressivo; solidariedade orgânica — direito restitutivo.
- (B) Solidariedade orgânica — direito repressivo; solidariedade mecânica — direito restitutivo.
- (C) Solidariedade mecânica — direito restitutivo; solidariedade orgânica — direito contratual puro.
- (D) Solidariedade orgânica — direito penal; solidariedade mecânica — direito cooperativo.
- (E) Ambas as solidariedades correspondem indistintamente ao direito repressivo.

24. Um gestor implanta um sistema de metas em que cada etapa é escolhida por ser o meio tecnicamente mais eficiente para atingir resultados mensuráveis, com cálculo explícito de custos e consequências. Um servidor mais antigo resiste, alegando que “sempre se fez assim” e que a mudança fere o modo consagrado de proceder. Um terceiro adere por admiração pessoal à liderança do gestor. À luz da tipologia weberiana da ação social, as condutas do gestor e do servidor antigo classificam-se, respectivamente, como ação:

- (A) Racional com relação a fins e racional com relação a valores.
- (B) Racional com relação a valores e afetiva.
- (C) Racional com relação a fins e tradicional.
- (D) Tradicional e racional com relação a fins.
- (E) Afetiva e racional com relação a valores.

25. Em pesquisa sobre o acesso a cargos de assessoramento, um analista constata que candidatos oriundos de famílias com longa escolarização exibem, com naturalidade, modos de falar, referências e posturas valorizados nos processos seletivos — disposições incorporadas ao longo da socialização que operam como vantagem sem que precisem ser deliberadamente acionadas. Para interpretar o fenômeno, o analista recorre a Pierre Bourdieu. O conceito que designa esse conjunto de disposições duráveis e incorporadas, e o conceito que designa o recurso (saberes, títulos, modos legítimos) desigualmente distribuído que confere vantagem nesse espaço de disputa são, respectivamente:

- (A) Capital econômico e carisma.
- (B) Campo e mais-valor.
- (C) Anomia e capital social.
- (D) *Habitus* e consciência coletiva.
- (E) *Habitus* e capital cultural.

26. Weber sustenta que a administração burocrática é tecnicamente superior a outras formas históricas de administração. Ao analisar, porém, o processo mais amplo de racionalização da vida moderna em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ele adverte para seus custos humanos — imagem que, na tradução consagrada por Talcott Parsons da metáfora weberiana do *stahlhartes Gehäuse*, ficou conhecida como “jaula de ferro” (também vertida como “gaiola de aço”). Em um parecer sobre os limites da burocratização de um órgão público, o uso teoricamente correto dessa advertência weberiana consiste em reconhecer que a burocracia:

- (A) Depende, para funcionar, da apropriação pessoal dos cargos por seus ocupantes.
- (B) É sempre disfuncional e, por isso, deve ser substituída por formas tradicionais de administração.
- (C) Elimina, por sua racionalidade, qualquer tensão entre eficiência e liberdade individual.
- (D) Constitui forma de dominação ilegítima, por se basear apenas na força.
- (E) Alia eficiência técnica a um risco de aprisionamento do indivíduo em uma ordem impessoal e racionalizada que tende a se autonomizar.

27. Um analista examina um debate público em que se afirma que a remuneração de trabalhadores “corresponde exatamente ao valor que produzem”. Recorrendo à crítica da economia política de Marx, ele observa que essa afirmação ignora a categoria pela qual se explica a origem do lucro no modo de produção capitalista: a fração de valor produzida pelo trabalho excedente, apropriada por quem detém os meios de produção. O analista identifica também que a naturalização dessa relação — sua apresentação como justa e evidente — opera como forma de ocultamento. As categorias marxianas que nomeiam, respectivamente, a origem do lucro e esse ocultamento são:

- (A) Preço de mercado e carisma.
- (B) Salário nominal e meritocracia.
- (C) Mais-valor e ideologia.
- (D) Renda fundiária e tradição.
- (E) Mais-valor e solidariedade orgânica.

28. Ao estudar porque certas hierarquias internas são aceitas como naturais até por quem é desfavorecido por elas, um analista recorre à noção bourdieusiana segundo a qual existe um poder “que se exerce com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Esse poder atua menos pela coerção explícita e mais pela imposição de significados como legítimos, levando os dominados a perceberem a ordem estabelecida com as próprias categorias produzidas por essa ordem. Tal mecanismo é designado por Bourdieu como:

- (A) Dominação carismática, fundada em qualidades extraordinárias de um líder.
- (B) Violência simbólica, forma de imposição legitimada que conta com a cumplicidade dos dominados.
- (C) Coerção física direta, exercida pelo aparato repressivo do Estado.
- (D) Anomia, decorrente da ausência de normas reguladoras claras.
- (E) Alienação religiosa, entendida como falsa consciência de origem teológica.

29. Em uma capacitação sobre atendimento a populações diversas, um servidor afirma que certas comunidades “têm menos iniciativa por causa do clima quente” e que “isso está no sangue”. Um analista, com base na antropologia consolidada por Roque de Barros Laraia, contesta a afirmação. O argumento antropológicamente correto para a refutação é o de que as diferenças de comportamento entre grupos humanos se explicam por (pela):

- (A) Características hereditárias transmitidas geneticamente entre gerações.
- (B) Superioridade inata de alguns povos sobre outros, comprovada pela biologia.
- (C) Influência direta e determinante do clima sobre o temperamento dos povos.
- (D) Cultura, aprendida e transmitida socialmente, e não por determinações biológicas (raciais) ou geográficas (climáticas).
- (E) Uma escala evolutiva fixa que vai das culturas inferiores às superiores.

30. Um analista propõe que um diagnóstico institucional não se limite a contabilizar comportamentos observáveis, mas interprete os significados que os próprios servidores atribuem a seus gestos, rituais e símbolos de pertencimento. Ele fundamenta a proposta em Clifford Geertz, para quem, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. A abordagem metodológica que decorre dessa concepção e que o analista pretende adotar é a:

- (A) Descrição densa, que interpreta as camadas de significado que tornam uma conduta inteligível em seu contexto.
- (B) Mensuração experimental, que isola variáveis para estabelecer leis causais gerais.
- (C) Observação à distância, que descreve apenas os comportamentos visíveis sem inferir sentidos.
- (D) Comparação evolutiva, que ordena as culturas em estágios de desenvolvimento.
- (E) Análise estatística, que generaliza os achados para a população por amostragem.

31. Ao revisar um material de comunicação institucional, um analista identifica passagens que descrevem práticas de comunidades tradicionais como “atrasadas” por não corresponderem aos padrões da cultura dominante. Ele recomenda a revisão do texto. Do ponto de vista antropológico, o problema central das passagens e a postura metodológica recomendada são, respectivamente:

- (A) Difusionismo e recusa de qualquer descrição de práticas culturais alheias.
- (B) Relativismo cultural e etnocentrismo, este entendido como a única postura científica válida.
- (C) Alteridade e assimilação forçada das culturas minoritárias à cultura dominante.
- (D) Etnocentrismo e relativismo cultural, este entendido como a compreensão de cada cultura em seus próprios termos, sem hierarquização *a priori*.
- (E) Aculturação e defesa da superioridade da cultura dominante como parâmetro universal.

32. Em um seminário sobre controle do poder, discute-se a contribuição de Guillermo O'Donnell (1998), que distingue a *accountability* vertical — exercida pelos cidadãos por meio das eleições — da *accountability* horizontal. Considerando essa distinção, a fiscalização contábil e financeira que a Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas, exerce sobre o Poder Executivo é exemplo de *accountability*:

- (A) Delegativa, por concentrar o controle no chefe do Executivo eleito.
- (B) Horizontal, por ser controle exercido por uma agência estatal sobre outra, dotada de poder de fiscalizar e sancionar.
- (C) Vertical, por depender diretamente do voto popular periódico.
- (D) Vertical, por ser exercida pela sociedade civil organizada de fora do Estado.
- (E) Social, por prescindir de qualquer agência estatal formalmente constituída.

33. Dois analistas divergem ao explicar a baixa adesão de servidores a um programa de integridade. O primeiro sustenta que tudo se resume a escolhas individuais racionais e que a estrutura institucional é irrelevante. O segundo sustenta que os indivíduos são inteiramente determinados pela estrutura, sem qualquer margem de ação. Um terceiro analista propõe superar essa oposição, argumentando que as estruturas sociais tanto condicionam quanto são reproduzidas e transformadas pela ação dos agentes. Essa terceira posição, que recusa tanto o individualismo quanto o determinismo estruturais, alinha-se ao esforço teórico contemporâneo de:

- (A) Afirmar que agência e estrutura são fenômenos sem qualquer relação entre si.
- (B) Demonstrar a primazia absoluta da estrutura sobre qualquer forma de agência.
- (C) Reduzir os fenômenos sociais às preferências individuais dos atores.
- (D) Eliminar o conceito de estrutura da análise sociológica.
- (E) Articular agência e estrutura como dimensões mutuamente constitutivas da vida social.

34. Após uma reestruturação abrupta que dissolveu rotinas, referências hierárquicas e critérios de reconhecimento, observa-se em um setor a desorientação dos servidores quanto ao que se espera deles e quanto aos limites de sua conduta. Um analista descreve a situação como um enfraquecimento das normas que regulam as expectativas e integram os indivíduos. Esse estado de desregulação normativa foi conceituado por Durkheim como:

- (A) Anomia.
- (B) Solidariedade orgânica.
- (C) Efervescência coletiva.
- (D) Consciência coletiva.
- (E) Divisão do trabalho social.

35. Para compreender as dinâmicas informais de uma equipe, um analista decide inserir-se no cotidiano dessa equipe por período prolongado, participando das atividades e registrando sistematicamente as interações em diário de campo, com o objetivo de apreender os sentidos das práticas a partir do ponto de vista dos próprios participantes. A técnica de pesquisa qualitativa que melhor descreve esse procedimento, consagrada na tradição etnográfica desde Malinowski, é a:

- (A) Coleta por amostragem aleatória simples.
- (B) Aplicação de questionário fechado em larga escala.
- (C) Observação participante.
- (D) Realização de experimento em ambiente controlado.
- (E) Análise documental de fontes secundárias.

36. Em uma exposição sobre os fundamentos do poder estatal, um analista retoma a definição weberiana clássica segundo a qual o Estado moderno é a comunidade humana que, dentro de determinado território, reivindica para si o monopólio do uso legítimo da força física. O elemento que, nessa definição, distingue o poder do Estado moderno de outras formas de exercício da força é o(a):

- (A) Distribuição do uso da força entre múltiplos grupos concorrentes.
- (B) Emprego eventual da violência, comum a qualquer agrupamento humano.
- (C) Ausência de qualquer base territorial delimitada.
- (D) Renúncia integral ao uso da força em favor da persuasão.
- (E) Pretensão ao monopólio do uso legítimo da força em um território determinado.

37. Em um órgão público, observa-se que servidores passam a cumprir as normas de modo tão rígido e literal que o respeito ao procedimento se torna um fim em si mesmo, sobrepondo-se aos objetivos que as normas deveriam servir — a ponto de o atendimento ao cidadão ser prejudicado “porque o regulamento manda assim”. Um analista reconhece nesse quadro a disfunção que Robert Merton, ao revisar criticamente o tipo ideal weberiano, descreveu como deslocamento de metas (*goal displacement*), associada à noção de “incapacidade treinada” (*trained incapacity*), expressão que Merton retoma de Thorstein Veblen. O sentido teórico dessa crítica é o de que a burocracia:

- (A) Elimina, por definição, qualquer possibilidade de rigidez ou ritualismo.
- (B) É, em todos os casos, a forma mais eficiente de administração, sem efeitos indesejados.
- (C) Pode gerar disfunções quando o apego às regras, originalmente meios, converte-se em fim e compromete os objetivos da organização.
- (D) Só funciona adequadamente quando os cargos são apropriados pessoalmente por seus ocupantes.
- (E) Deve ser substituída integralmente por relações de tipo tradicional ou afetivo.

38. Diversos órgãos públicos de um mesmo estado passam a adotar, em pouco tempo, modelos quase idênticos de planejamento estratégico e de “escritórios de projetos”, ainda que sem evidência de ganho de eficiência, em parte por exigência de órgãos de controle, por imitarem instituições tidas como bem-sucedidas e pela disseminação de padrões por consultorias e cursos de formação. Para interpretar essa crescente semelhança, um analista recorre a DiMaggio e Powell e ao conceito de isomorfismo institucional. As três formas de isomorfismo que explicam, na ordem, os três motivos citados são:

- (A) Competitivo, seletivo e adaptativo.
- (B) Coercitivo, mimético e normativo.
- (C) Normativo, coercitivo e mimético.
- (D) Mimético, normativo e coercitivo.
- (E) Coercitivo, normativo e mimético.

39. Um diagnóstico organizacional constata que, diante de falhas, a resposta recorrente de um órgão é criar novas regras impessoais para cobrir cada exceção; estas, por sua vez, reduzem ainda mais a margem de iniciativa, geram novas falhas e demandam novas regras. Um analista interpreta esse padrão autoalimentado à luz de Michel Crozier. A leitura teoricamente adequada desse fenômeno é a de que:

- (A) A rigidez burocrática pode se realimentar em círculos viciosos, dificultando a autocorreção da organização.
- (B) A multiplicação de regras impessoais sempre aproxima a organização da plena eficiência.
- (C) Os círculos viciosos decorrem exclusivamente de falhas morais individuais dos servidores.
- (D) A solução é abolir toda regra impessoal e basear a gestão em vínculos pessoais.
- (E) A burocracia, por ser autorreguladora, corrige espontaneamente todos os seus erros.

40. Leia o trecho a seguir.

“Entre 2015 e 2025, enquanto a população ocupada no país cresceu cerca de 10%, o número de trabalhadores por aplicativos aumentou 170%, passando de cerca de 770 mil para 2,1 milhões. [...] O uso de aplicativos de telefone e internet para contratação de serviços de transporte pessoal e de entrega surgiu cerca de uma década atrás e, desde então, tem crescido e se tornado relevante para a economia brasileira.”

Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/09/23/estudo-analisa-condicao-de-trabalho-por-aplicativos-no-brasil.ghtml>.

Acesso em: 5 jun. 2026.

A expansão do trabalho mediado por plataformas digitais expressa um processo mais amplo, observável também no setor público, onde convivem vínculos estáveis com arranjos marcados por terceirização, contratos temporários e cobrança permanente por resultados mensuráveis. Na análise de Ricardo Antunes sobre as transformações do mundo do trabalho, esse processo é teoricamente designado como:

- (A) Precarização do trabalho.
- (B) Estabilização do emprego formal.
- (C) Desburocratização administrativa.
- (D) Ascensão da solidariedade mecânica.
- (E) Universalização automática de garantias trabalhistas.

41. Leia o trecho a seguir.



Equipe da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental da Alece - Foto: Pedro Albuquerque / Alece

“A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) conquistou o Selo A3P 2024, concedido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). [...] O Selo A3P leva em consideração os seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão de resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis.”

Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/noticias/50568-em-reconhecimento-pelas-praticas-sustentaveis-alece-ganha-o-selo-a3p>.

Acesso em: 3 jun. 2026.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente voltado à incorporação de critérios socioambientais à rotina dos órgãos dos três poderes. Em um parecer técnico que avalie a implementação dessas ações em um órgão legislativo, o foco da análise deve recair, principalmente, sobre:

- (A) Se a prestação de contas foi dispensada em nome da autonomia do Poder Legislativo.
- (B) Se houve aumento do número de cargos comissionados no órgão.
- (C) Se as decisões foram concentradas em uma única autoridade sem mecanismos de controle.
- (D) Se as estruturas de direção e controle asseguram o cumprimento dos objetivos com transparência, responsabilização e prestação de contas.
- (E) Se o órgão substituiu integralmente suas funções públicas por entidades privadas.

42. Ao subsidiar a tomada de decisão diante de divergências entre setores, um analista recusa a ideia de que todo conflito seja uma patologia a ser suprimida. Apoiando-se na tradição que remonta a Georg Simmel e foi sistematizada por Lewis Coser, o analista argumenta que o conflito, sob certas condições, cumpre funções sociais positivas. Entre as funções do conflito social destacadas por essa perspectiva, inclui-se:

- (A) Decorrer exclusivamente de falhas psicológicas individuais dos envolvidos.
- (B) Destruir necessariamente qualquer possibilidade de coesão e cooperação social.
- (C) Constituir, em todos os casos, mera disfunção a ser eliminada pela autoridade.
- (D) Explicitar tensões latentes e, ao ser regulado, reforçar a coesão interna dos grupos e redefinir normas.
- (E) Manifestar-se apenas em sociedades pré-modernas, desaparecendo nas modernas.

43. No tratamento institucional de divergências, um analista distingue dois métodos consensuais. No primeiro, um terceiro imparcial facilita o diálogo, sem decidir, para que as próprias partes construam a solução, sendo especialmente indicado quando há vínculo continuado entre elas. No segundo, um terceiro também facilita o acordo, mas pode sugerir soluções, sendo típico de partes sem vínculo anterior. Conforme o marco legal brasileiro da autocomposição, esses métodos são, respectivamente:

- (A) Conciliação e arbitragem.
- (B) Conciliação e mediação.
- (C) Mediação e conciliação.
- (D) Arbitragem e mediação.
- (E) Mediação e arbitragem.

44. Segundo levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base em procedimentos do Ministério Público Eleitoral contabilizados até novembro de 2022, o Brasil registrou, em média, sete casos de violência política de gênero a cada trinta dias. No Ceará, a Assembleia Legislativa mantém Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero dedicada ao tema. Tipificada pela Lei nº 14.192/2021, a violência política de gênero é tecnicamente compreendida como uma conduta que:

- (A) Abrange apenas condutas praticadas durante o período oficial de campanha eleitoral.
- (B) Se confunde com a divergência político-partidária legítima inerente ao debate público.
- (C) Se limita a agressões físicas, excluindo as formas psicológicas e morais.
- (D) Designa qualquer crítica dirigida a agentes públicos no exercício do mandato.
- (E) Restringe, constrange ou inviabiliza o exercício de direitos políticos em razão do gênero, abrangendo formas físicas, psicológicas e simbólicas.

45. Ao planejar um diagnóstico social sobre a evasão em um programa institucional, uma analista combina um levantamento por amostra, para dimensionar a magnitude e os perfis associados à evasão, com entrevistas em profundidade, para compreender os motivos e as experiências dos participantes. Ao justificar o desenho, ela recorre à posição de Maria Cecília de Souza Minayo a respeito da relação entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Essa posição sustenta que tais abordagens devem ser entendidas como:

- (A) Irrelevantes para a qualidade dos resultados da investigação.
- (B) Complementares, podendo integrar-se em um mesmo desenho de pesquisa para captar magnitude e significados.
- (C) Mutuamente excludentes, sendo vedado combiná-las em um mesmo estudo.
- (D) Idênticas, por seguirem exatamente os mesmos procedimentos.
- (E) Hierarquizadas de modo fixo, sendo a qualitativa sempre superior à quantitativa.

46. Uma analista precisa captar não apenas opiniões individuais, mas a forma como significados são negociados na interação entre servidores de diferentes setores a respeito de uma nova política interna. Para isso, organiza encontros de pequenos grupos, conduzidos por um moderador com roteiro semiestruturado, estimulando o debate e a controvérsia entre os presentes. A técnica que melhor atende a esse objetivo, por privilegiar a dimensão coletiva e interacional da produção de sentidos, é o(a):

- (A) Grupo focal, que produz dados a partir da interação e do debate entre os participantes.
- (B) Entrevista estruturada individual, aplicada isoladamente a cada servidor.
- (C) Questionário fechado autoaplicável, sem mediação de moderador.
- (D) Experimento controlado com grupo de tratamento e grupo de controle.
- (E) Observação não participante a distância, sem interação com o grupo.

47. Após reunir transcrições de entrevistas e documentos institucionais, uma analista organiza o material em categorias, define unidades de registro, quantifica a frequência de temas e infere significados a partir do contexto de ocorrência, num procedimento sistemático e replicável de tratamento do material textual. Esse conjunto de procedimentos, sistematizado por Laurence Bardin, denomina-se:

- (A) Grupo focal.
- (B) Análise de conteúdo.
- (C) Observação participante.
- (D) Amostragem por conglomerados.
- (E) Teste de hipóteses paramétrico.

48. Leia o trecho a seguir.



Gabriel Milaré. Entenda o conceito de 'homem cordial' na sociologia brasileira. 29 dez. 2025. Disponível em: <https://enem.com.br/2025/12/29/homem-cordial/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

“Dentro de sua principal obra, ‘Raízes do Brasil’ (1936), Sérgio Buarque de Holanda, em um capítulo denominado ‘Homem Cordial’, defende a tese de que este seria o brasileiro: um ser que prioriza a cordialidade. [...] Segundo a historiadora Lília Schwarcz, essa afirmação teria assombrado Sérgio Buarque por toda sua vida, porque desvirtuou-se o conceito de ‘cordialidade’ ao afirmar que o brasileiro seria, portanto, amigável e bondoso. [...] Nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto nacionalista varguista em voga, esse conceito de cordialidade brasileira foi muito desvirtuado para algo positivo à brasilidade, mas que em nenhum momento Sérgio Buarque de Holanda teria afirmado isso em sua obra.”

Em um debate sobre cultura administrativa brasileira, um participante elogia o “homem cordial” como sinônimo de gentileza e cortesia no trato público. Uma analista discorda dessa leitura e remete a obra original para sustentar sua objeção, em diálogo com Raymundo Faoro. Considerado o sentido que Sérgio Buarque atribui ao termo em *Raízes do Brasil*, a correção da analista se justifica porque o “homem cordial”:

- (A) Expressa a superação histórica do patrimonialismo pela administração gerencial.
- (B) Age pautado pela emoção e pela pessoalidade nas relações, o que tensiona a distinção entre público e privado, não significando bondade ou polidez.
- (C) Representa o ideal plenamente realizado da impessoalidade burocrática no Brasil.
- (D) Designa a gentileza cordial como virtude cívica típica das instituições republicanas.
- (E) Corresponde ao estamento burocrático autônomo descrito por Faoro.

49. Em um setor, uma servidora é submetida, de forma repetida e prolongada, a situações de humilhação, isolamento e desqualificação pública por parte de uma chefia, com efeitos sobre sua saúde psíquica e sua dignidade. Uma analista, ao elaborar parecer sobre o caso para uma equipe multiprofissional, identifica o fenômeno conforme a literatura de saúde do trabalhador. Trata-se de:

- (A) Delegação de competência.
- (B) Rotatividade funcional.
- (C) Assédio moral.
- (D) Mobilidade horizontal.
- (E) Ação afirmativa.

50. Ao subsidiar uma política institucional de equidade, uma analista distingue dois níveis de tratamento do princípio da igualdade. O primeiro limita-se a vedar formalmente a discriminação, tratando todos de modo idêntico. O segundo atua para corrigir desigualdades historicamente acumuladas entre grupos, mediante tratamento diferenciado e, em regra, temporário em favor de grupos sub-representados. Esse segundo nível — respaldado pela ordem constitucional e pelo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas — corresponde à noção de:

- (A) Discricionariedade administrativa, que dispensa fundamento normativo.
- (B) Igualdade meramente formal, suficiente, por si só, para eliminar desigualdades estruturais.
- (C) Privilégio inconstitucional, vedado em qualquer hipótese pela ordem jurídica.
- (D) Isonomia absoluta, que proíbe toda forma de diferenciação entre pessoas.
- (E) Igualdade material, concretizada por ações afirmativas que tratam desigualmente os desiguais para promover equidade.

51. Em uma pesquisa interna, busca-se medir a percepção compartilhada dos servidores sobre o ambiente de trabalho em um dado momento — satisfação, motivação e qualidade das relações —, dimensão mais conjuntural e diretamente mensurável do que o conjunto de pressupostos e valores profundos que dá identidade duradoura à organização. Uma analista distingue, então, dois conceitos. A dimensão conjuntural medida na pesquisa e a dimensão profunda e estável da organização são, respectivamente:

- (A) Anomia e solidariedade orgânica.
- (B) Cultura organizacional e clima organizacional.
- (C) Estrutura formal e organograma.
- (D) Clima organizacional e cultura organizacional.
- (E) Consciência de classe e *habitus*.

52. Ao analisar a distribuição das remunerações de um conjunto de servidores, uma analista observa que alguns poucos valores muito elevados elevam a média aritmética bem acima do que recebe a maior parte do quadro. Para representar o rendimento “típico” de forma menos sensível a esses valores extremos e para descrever o quanto os valores se afastaram do centro, ela deve recorrer, respectivamente, à:

- (A) Mediana e desvio padrão.
- (B) Média aritmética e moda.
- (C) Moda e amplitude apenas.
- (D) Média aritmética e mediana.
- (E) Amplitude e coeficiente de assimetria.

53. Ao discutir os indicadores de pobreza do estado, uma analista observa que as taxas dependem da linha de rendimento adotada e que, internacionalmente, essas linhas foram revisadas, alterando comparações. A analista acrescenta, com base em Amartya Sen, que a renda é um meio, não um fim, e que a pobreza é melhor compreendida como a privação das capacidades reais de uma pessoa levar a vida que tem razões para valorizar. A consequência teórica e metodológica desse argumento para a mensuração da pobreza é a de que:

- (A) A comparação internacional de pobreza é impossível, devendo ser abandonada.
- (B) A renda monetária é a única dimensão relevante, dispensando indicadores multidimensionais.
- (C) Indicadores monetários são úteis, mas insuficientes, devendo ser complementados por dimensões como saúde, educação e acesso a serviços (abordagem das capacidades).
- (D) A linha de pobreza independe de qualquer escolha metodológica, sendo um dado absoluto e único.
- (E) A pobreza deve ser medida exclusivamente pela percepção subjetiva de cada indivíduo.

54. Em uma capacitação, apresenta-se o “ciclo de políticas públicas” — formação da agenda, formulação, implementação e avaliação — como esquema de organização do processo. Uma analista pondera que, embora o ciclo seja útil para ordenar a análise, autores da área, como Celina Souza e Ana Cláudia Capella, advertem que ele não deve ser tomado como descrição fiel da realidade, pois o processo concreto raramente é tão linear e sequencial. A ressalva da analista está correta porque o ciclo de políticas é melhor compreendido como um(a):

- (A) Teoria que nega a existência de qualquer ordem ou regularidade no processo.
- (B) Descrição empírica exata das etapas, sempre cumpridas na ordem apresentada.
- (C) Norma jurídica vinculante que obriga os gestores a seguir as fases na sequência.
- (D) Modelo que dispensa a fase de avaliação, considerada irrelevante.
- (E) Modelo heurístico, que organiza didaticamente a análise, mas não descreve um encadeamento necessariamente linear das fases.

55. Ao avaliar um programa estadual de qualificação profissional, uma analista organiza três perguntas: (1) os recursos foram usados com o menor custo possível para gerar os produtos? (2) as metas previstas (número de qualificados) foram atingidas? (3) o programa produziu impacto real e duradouro sobre a inserção no mercado de trabalho? Essas três perguntas correspondem, respectivamente, aos critérios de:

- (A) Eficiência, efetividade e legalidade.
- (B) Eficácia, eficiência e efetividade.
- (C) Efetividade, eficiência e eficácia.
- (D) Eficiência, eficácia e efetividade.
- (E) Economicidade, legalidade e publicidade.

56. Uma analista recebe a série da taxa de pobreza e de extrema pobreza no Ceará entre 2012 e 2024, elaborada a partir de dados oficiais, reproduzida no gráfico a seguir.



Gráfico — Pobreza e extrema pobreza no Ceará (2012–2024). Elaborado a partir de IPECE, Enfoque Econômico nº 294 (2025), com base na PNAD Contínua/IBGE. Linhas de pobreza (R\$ 703,62) e de extrema pobreza (R\$ 220,84) *per capita* mensais, em valores de 2024 (base US\$ 6,85 e US\$ 2,15/dia, PPC 2017).

Com base na leitura técnica da série, é correto afirmar que:

- (A) A elevação observada em 2021 indica tendência permanente de aumento até 2024.
- (B) A taxa de pobreza cresceu de forma contínua e ininterrupta entre 2012 e 2024.
- (C) A extrema pobreza manteve-se constante em todo o período, sem variação relevante.
- (D) Em 2024, ambas as taxas atingiram os menores patamares da série, após uma elevação em 2021 associada aos efeitos da pandemia de COVID-19.
- (E) O ano de 2024 registrou o pico histórico de ambas as taxas na série.

57. Um estudo avaliou a eficiência da gestão das transferências voluntárias no Ceará, modalidade de repasse entre entes federativos prevista no art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal como entrega de recursos a outro ente a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Para um parecer técnico, o traço que distingue as transferências voluntárias das transferências constitucionais e legais é o fato de que as voluntárias:

- (A) Dispensam, por sua natureza, qualquer prestação de contas ou fiscalização.
- (B) São obrigatórias e automáticas, repassadas independentemente de convênio ou ajuste.
- (C) Constituem tributos de competência exclusiva dos municípios.
- (D) Destinam-se exclusivamente ao pagamento de pessoas do ente que transfere.
- (E) Decorrem de cooperação ou ajuste entre entes (em regra, convênios), e não de determinação automática da Constituição ou de lei.

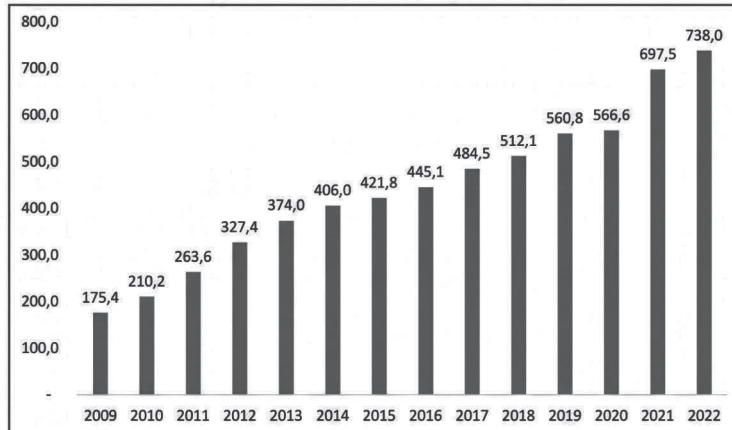
58. Uma analista precisa estimar a satisfação do conjunto de servidores de modo que os resultados possam ser projetados ao todo da população funcional, com quantificação rigorosa da incerteza associada à estimativa. Outro analista propõe entrevistar apenas os servidores que estiverem disponíveis no saguão durante a pausa do café. A analista adverte que apenas o primeiro desenho permite inferência estatística válida para o conjunto dos servidores. A razão técnica dessa advertência é que somente a amostragem probabilística:

- (A) Atribui a cada elemento da população probabilidade conhecida e não nula de seleção, permitindo calcular margem de erro e generalizar resultados.
- (B) Garante, por si só, amostras maiores do que qualquer técnica não probabilística.
- (C) Dispensa a definição prévia da população-alvo da pesquisa.
- (D) Elimina por completo a necessidade de instrumento de coleta padronizado.
- (E) Assegura que todos os entrevistados respondam de forma idêntica.

59. Leia o trecho a seguir.

DIMENSÃO FINANCEIRA

ICMS REPASSADO COM BASE NOS RESULTADOS EM EDUCAÇÃO
2009 a 2022 (R\$ milhões, valores correntes)



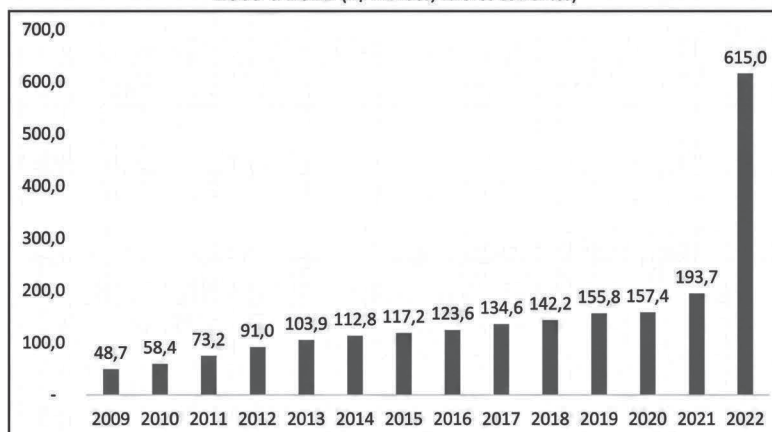
Fonte: SEFAZ, IPECE. Elaboração própria.

Os valores repassados acumulados chegam a

R\$ 6,18 bilhões

DIMENSÃO FINANCEIRA

ICMS REPASSADO COM BASE NOS RESULTADOS EM SAÚDE
2009 a 2022 (R\$ milhões, valores correntes)



Fonte: SEFAZ, IPECE. Elaboração própria.

Os valores repassados acumulados chegam a

R\$ 2,13 bilhões

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Em 13 anos, rateio da cota parte do ICMS soma R\$ 8,31 bilhões. Fortaleza: Ipece, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2024/02/06/em-13-anos-rateio-da-cota-parte-do-icms-soma-r-831-bilhoes/>. Acesso em: 5 jun. 2026.

“O rateio da Cota Parte do ICMS aos municípios do Estado, que é uma obrigação definida na Constituição Federal, tem como base três indicadores específicos: o Índice de Qualidade da Educação (IQE), o Índice de Qualidade da Saúde (IQS) e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM). [...] no modelo cearense, o Índice de Qualidade na Educação (IQE) possui o maior peso (18%) relativo e maior influência na definição dos repasses, ficando a saúde (IQS) com 15% e o meio ambiente (IQM) com 2%.”

Do ponto de vista da avaliação de políticas públicas, o desenho descrito — em que a parcela da cota-parte do ICMS recebida por cada município varia conforme indicadores de qualidade — caracteriza um mecanismo de:

- (A) Tributação progressiva sobre a renda dos servidores municipais.
- (B) Incentivo por desempenho, em que a transferência de recursos é condicionada a resultados mensuráveis, visando induzir esforços dos entes.
- (C) Transferência constitucional automática, repassada independentemente de qualquer resultado.
- (D) Renúncia fiscal sem contrapartida de política pública.
- (E) Subsídio cruzado entre tarifas de serviços públicos.

60. Um grupo de servidores discute aderir a uma mobilização cujos eventuais ganhos — uma vez conquistados — beneficiarão todo o quadro, inclusive quem não participou nem assumiu custos. Uma analista prevê que muitos tenderão a não se engajar, contando com o esforço alheio, o que pode inviabilizar a ação mesmo havendo interesse comum. Esse problema, central na teoria sistematizada por Mancur Olson, é conhecido como:

- (A) Dilema do prisioneiro reiterado.
- (B) Tragédia da burocracia estatal.
- (C) Problema do carona (*free rider*).
- (D) Paradoxo do eleitor mediano.
- (E) Efeito da solidariedade mecânica.

61. Em um parecer sobre instrumentos de participação, uma analista emprega a expressão “controle social” no sentido consolidado no campo das políticas públicas brasileiras, distinguindo-a do sentido sociológico clássico. No campo das políticas públicas, o controle social designa o(a) :

- (A) Monopólio estatal do uso legítimo da força sobre o território.
- (B) Conjunto de sanções pelas quais a sociedade reprime condutas desviantes dos indivíduos.
- (C) Auditoria contábil interna realizada exclusivamente por órgãos do próprio Estado.
- (D) Censura prévia exercida por órgãos públicos sobre os meios de comunicação.
- (E) Participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização da gestão pública, por meio de conselhos, audiências e mecanismos de transparência.

62. Estudos acadêmicos vinculados à Universidade Federal do Ceará construíram índices para mensurar a vulnerabilidade socioeconômica de municípios e mesorregiões do semiárido, combinando, por técnicas estatísticas multivariadas, indicadores de renda, educação, acesso à água, saneamento e coleta de lixo, e evidenciaram que grande parte dos municípios do semiárido apresenta baixo PIB *per capita*. Para um diagnóstico social, a principal vantagem técnica de utilizar um índice sintético que agrega múltiplos indicadores, em vez de analisá-los isoladamente, é:

- (A) Tornar desnecessária a definição prévia dos indicadores que o compõem.
- (B) Dispensar a coleta de dados primários sobre os municípios analisados.
- (C) Condensar, em uma medida única e comparável, dimensões distintas de privação, permitindo ordenar e comparar territórios.
- (D) Eliminar as desigualdades territoriais pelo simples ato de mensurá-las.
- (E) Garantir que todos os territórios apresentem o mesmo resultado.

63. Em um seminário sobre transparência, discute-se a observação de Anna Maria Campos (1990), em artigo clássico da Revista de Administração Pública, de que não há, em português, um termo único que traduza plenamente a palavra *accountability*, o que estaria relacionado a características da própria cultura política e administrativa do país. A leitura tecnicamente adequada dessa tese é a de que *accountability*:

- (A) Refere-se unicamente à divulgação espontânea de dados em portais oficiais.
- (B) Equivale exatamente ao termo “auditoria”, sem qualquer diferença de sentido.
- (C) Designa apenas a punição penal de agentes públicos faltosos.
- (D) Abrange a obrigação de prestar contas e de responsabilizar-se por atos públicos, conceito mais amplo do que a simples “prestação de contas”.
- (E) É sinônimo perfeito de “transparência”, esgotando-se nela.

64. No regime da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), um órgão do Poder Legislativo estadual mantém em seu portal, por iniciativa própria e independentemente de solicitação, dados sobre despesas, contratos e diárias; além disso, responde a pedidos específicos formulados por qualquer interessado. Essas duas formas de garantir o acesso correspondem, respectivamente, à transparência:

- (A) Ativa e passiva.
- (B) Passiva e ativa.
- (C) Reservada e ultrassecreta.
- (D) Direta e delegada.
- (E) Primária e secundária.

65. Um setor do Poder Legislativo estadual precisa classificar uma informação cuja divulgação imediata pode pôr em risco a segurança da sociedade ou do Estado. Aplicando os graus de sigilo e os prazos máximos de restrição previstos na Lei nº 12.527/2011, a correspondência correta entre grau de sigilo e prazo máximo de restrição de acesso é:

- (A) Ultrassecreto, 25 anos; secreto, 15 anos; reservado, 5 anos.
- (B) Ultrassecreto, 15 anos; secreto, 10 anos; reservado, 5 anos.
- (C) Ultrassecreto, 30 anos; secreto, 20 anos; reservado, 10 anos.
- (D) Ultrassecreto, 50 anos; secreto, 25 anos; reservado, 15 anos.
- (E) Ultrassecreto, 20 anos; secreto, 10 anos; reservado, 3 anos.

66. O gráfico a seguir, elaborado a partir de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta a variação real do PIB do estado e de seus grandes setores em 2024.

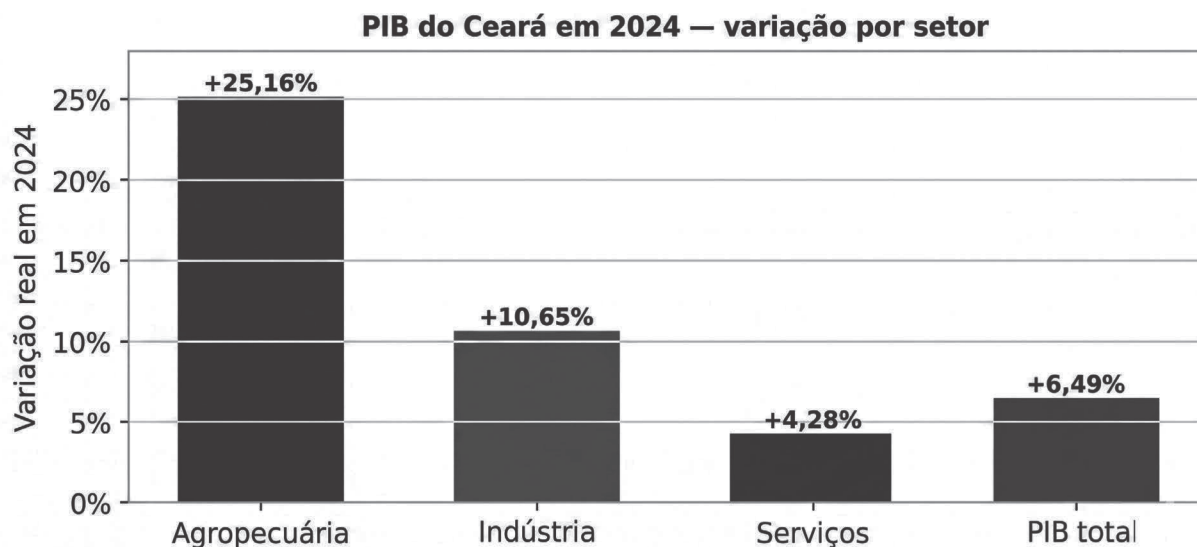


Gráfico — Variação real do PIB do Ceará por setor em 2024. Elaborado a partir de IPECE (divulgação de 26/03/2025). Variação do PIB total: +6,49%.

Com base na leitura técnica do gráfico, é correto afirmar que, em 2024:

- (A) A agropecuária foi o setor de menor crescimento relativo entre os apresentados.
- (B) Todos os grandes setores cresceram, com a agropecuária registrando a maior variação relativa entre eles.
- (C) O setor de serviços apresentou retração, puxando o PIB total para baixo.
- (D) O crescimento do PIB total foi superior ao de todos os setores individualmente.
- (E) A indústria foi o único setor a apresentar crescimento no período.

67. Uma servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo no serviço público estadual do Ceará será submetida a período de efetivo exercício durante o qual se avaliará sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, como condição para a aquisição da estabilidade. Conforme a redação vigente do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974) e em harmonia com a Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 19/1998, o prazo desse estágio probatório é de:

- (A) 5 (cinco) anos de efetivo exercício.
- (B) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- (C) 1 (um) ano de efetivo exercício.
- (D) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- (E) 6 (seis) meses de efetivo exercício.

68. No desenho constitucional do Estado do Ceará, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo estadual, quanto à legalidade e à legitimidade da aplicação dos recursos públicos, é exercida pelo Poder Legislativo, com o concurso de um órgão técnico especializado. Esse controle externo é exercido:

- (A) Pelo próprio Poder Executivo, por meio exclusivo de autocontrole interno.
- (B) Exclusivamente pelo Tribunal de Justiça do Estado, no exercício da jurisdição.
- (C) Pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Pelo Ministério Público estadual, em substituição ao Poder Legislativo.
- (E) Pela Controladoria-Geral da União, em caráter originário sobre o estado.

69. Ao delimitar as atribuições que pode legalmente desempenhar no órgão, uma analista da área de Ciências Sociais consulta a Lei nº 6.888/1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo. Entre as atribuições legalmente previstas para o profissional, inclui-se:

- (A) Prescrever tratamentos clínicos em estabelecimentos de saúde.
- (B) Exercer privativamente a auditoria contábil de entidades públicas e privadas.
- (C) Representar judicialmente as partes em processos perante os tribunais.
- (D) Emitir laudos periciais de engenharia estrutural de edificações.
- (E) Elaborar, analisar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social.

70. Ao fundamentar a atuação ética em diagnósticos e pareceres que envolvem populações vulneráveis, uma analista invoca o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que enuncia um princípio fundante da ordem internacional de direitos humanos e dialoga com o fundamento da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. Esse princípio afirma que todos os seres humanos:

- (A) Estão submetidos a hierarquias naturais entre grupos humanos.
- (B) Nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência.
- (C) Adquirem dignidade apenas após o reconhecimento formal por um órgão estatal.
- (D) Têm direitos que variam conforme sua origem nacional ou condição social.
- (E) Possuem dignidade proporcional à sua contribuição econômica à sociedade.

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1

Na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), um projeto de lei de iniciativa parlamentar — que cria atribuições e obrigações para o órgão da administração direta do Poder Executivo estadual e implica aumento de despesa — é distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) para exame preliminar. O setor de assessoramento técnico-legislativo é acionado para subsidiar o parecer da Comissão. Cabe ao analista, no exercício de suas atribuições, analisar processos internos da instituição, elaborar estudos e pareceres, prestar consultoria aos órgãos do Poder Legislativo e produzir nota técnica que oriente a deliberação.

Situações como essa são recorrentes no funcionamento das casas legislativas e exigem, do profissional de Ciências Sociais, a articulação entre o exame técnico-normativo da proposição e a compreensão sociológica da burocracia pública como forma de organização fundada na competência técnica e na impessoalidade.

Com base no conteúdo programático indicado, redija um texto dissertativo, em até 20 (vinte) linhas, que contemple, obrigatoriamente, os quatro pontos a seguir:

- a) a função técnico-legislativa exercida pela CCJR no exame preliminar da proposição, indicando os aspectos que controla constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e o caráter do seu parecer de admissibilidade;
- b) o vício de inconstitucionalidade presente na situação descrita, com o respectivo fundamento na Constituição do Estado do Ceará (iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo);
- c) a explicação, a partir do tipo puro de dominação racional-legal de Max Weber, de como os atributos da burocracia — competência técnica, impessoalidade e formalização — fundamentam o assessoramento técnico ao processo legislativo;
- d) a discussão do limite entre a análise técnica e a decisão política, considerando que o parecer técnico subsidia, mas não substitui, a deliberação parlamentar.

Questão 2

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), no estudo “Pobreza e Extrema Pobreza no Ceará em 2024” (Enfoque Econômico nº 294, maio/2025, com base na PNAD Contínua/IBGE), as taxas de pobreza e extrema pobreza atingiram os menores valores da série histórica em 2024 no Ceará. O documento informa que a taxa de pobreza recuou de 56,2% (2012) para 43,3% (2024), e a de extrema pobreza de 14,5% (2012) para 7,9% (2024), após elevação em 2021 associada aos efeitos da pandemia.

A tarefa exige distinguir as etapas e os critérios de avaliação de políticas públicas e relacioná-los aos instrumentos de fiscalização, transparência e participação próprios do Poder Legislativo estadual.

Com base no conteúdo programático indicado, redija um texto dissertativo, em até 20 (vinte) linhas, que contemple, obrigatoriamente, os quatro pontos a seguir:

- a) a fase de avaliação no ciclo de políticas públicas, distinguindo avaliação *ex ante* de *ex post* e as avaliações de processo, de resultados e de impacto;
- b) a distinção entre eficiência, eficácia e efetividade aplicada à política avaliada;
- c) o papel do Poder Legislativo estadual no controle e na fiscalização das políticas públicas, indicando o fundamento na Constituição do Estado do Ceará (controle externo) e o instrumento da Lei de Acesso à Informação (transparência ativa e passiva);
- d) a relação entre os mecanismos de *accountability* (vertical, horizontal e societal) e de participação social (iniciativa popular e audiências públicas) e o aprimoramento da política avaliada.

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	



RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	



